

## O DISCURSO DA NORMA NA GRAMÁTICA DE JOÃO DE BARROS

Diana Luz Pessoa de BARROS<sup>1</sup>

- **RESUMO:** O estudo sobre o discurso da norma na *Gramática* de João de Barros é parte de uma pesquisa em desenvolvimento acerca do discurso da norma em gramáticas da língua portuguesa, do século XVI à atualidade, no âmbito do projeto coletivo "História das idéias lingüísticas no Brasil: ética e política das línguas". As gramáticas são analisadas como discursos, na perspectiva teórica e metodológica da semiótica discursiva francesa. São examinados, particularmente, três procedimentos discursivos: as modalizações dos sujeitos e dos objetos, que constituem três tipos de discursos da norma – a norma natural, predominante em João de Barros, a norma prescritiva e a norma usual –; as projeções enunciativas de pessoa e de tempo na gramática em exame; as relações intertextuais entre o discurso da norma na gramática e os discursos gramaticais da época, com que João de Barros concorda, e também com o discurso colonialista português, o da Monarquia e o da Igreja, da época, discursos que sua gramática ajuda a construir, sobretudo pelos exemplos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Semiótica discursiva; história das idéias lingüísticas; discurso da gramática; discurso da norma; intertextualidade.

Este estudo faz parte de um projeto em desenvolvimento sobre os conceitos e imagens da norma nas gramáticas e dicionários do português,<sup>2</sup> apresentando, de forma muito resumida, apenas alguns resultados da análise da gramática de João de Barros.

---

1 Departamento de Lingüística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-010 – São Paulo – SP.

2 No âmbito do projeto coletivo (Capes-Cofecub) sobre a história das idéias lingüísticas no Brasil, desenvolvido no Departamento de Lingüística da Unicamp, no Departamento de Lingüística da USP e na École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines, de Lyon.

O estudo organiza-se em duas partes: a primeira sobre as propostas teóricas e metodológicas desenvolvidas para a análise dos discursos da norma em gramáticas e dicionários; a segunda, sobre a análise da gramática selecionada.

### Questões teóricas e metodológicas<sup>3</sup>

O pano de fundo teórico do projeto coletivo são as propostas de Sylvain Aurox e seus colaboradores sobre o papel da gramatização das línguas nos estudos das idéias lingüísticas e na constituição das “línguas nacionais”.

A partir desses princípios, o projeto individual de exame do discurso da norma fundamenta-se na teoria e metodologia da semiótica narrativa e discursiva de linha francesa (Greimas & Courtés, s.d.; Fiorin, 1989; Barros, 1988 e 1990). Nesse quadro teórico, as gramáticas e os dicionários são analisados como **discursos**.

As gramáticas e os dicionários são considerados, ainda nessa perspectiva, discursos temáticos, com figuração apenas esparsa e ocasional. Os discursos temáticos devem ser examinados, na perspectiva da semiótica, como uma “cena” ou “espetáculo” enunciativo, ou seja, deve-se fazer a **análise narratológica** da enunciação.

A análise narratológica da enunciação considera dois aspectos fundamentais:

a) em primeiro lugar, que a instância da enunciação, desdobrada em enunciador e enunciatário, simula uma relação contratual entre um destinador e um destinatário;

b) em segundo lugar, que o sujeito da enunciação não é uma casa vazia, mas antes preenchida pelas crenças e conhecimentos, pelos valores da sociedade e da camada social a que pertence, caracterizando-se, portanto, como o lugar de cruzamento de muitos discursos, como o lugar da intertextualidade e da interdiscursividade.

As relações contratuais que se estabelecem entre enunciador e enunciatário são, para a semiótica, relações de comunicação e de manipulação. O enunciador propõe ao enunciatário um acórdo, realiza um fazer persuasivo para levá-lo a aceitar o contrato, e o enunciatário interpreta e aceita ou rejeita o contrato proposto.

---

3 Retoma-se, com pequenas alterações, a apresentação teórica e metodológica de artigo sobre a gramática de Fernão de Oliveira, no prelo.

O que se está chamando de “discurso da norma” nas gramáticas e nos dicionários deve ser entendido, assim, como um conjunto de procedimentos lingüísticos e discursivos que levam o enunciatário a acreditar na **verdade** e na **necessidade** de certos usos lingüísticos.

Dois blocos principais de procedimentos foram considerados para o exame do discurso da norma nas gramáticas e nos dicionários: os de modalização dos sujeitos e objetos e as projeções enunciativas da pessoa e do tempo.

Constroem-se três tipos de discursos da norma, a partir das modalizações dos discursos das gramáticas e dos dicionários e, muito provavelmente, das demais classes de discurso, ou seja, a partir da modalização pelo **ser** ou modalização de existência do objeto e das modalizações pelo **dever**, **querer** e **poder ser** ou **fazer**, que atribuem competência e existência ao sujeito.

A modalização pelo **ser** ou modalização de existência do objeto é a estratégia mais forte para o estabelecimento da norma, pois produz os efeitos de sentido de “naturalização” ou de “normatização”, isto é, de uso “natural” ou “normal” da língua: a língua **é** assim, o uso **é** aquele que está sendo mostrado. Em outras palavras, a norma explícita ou culta não se apresenta, nesse caso, como uma norma entre outras, mas como **a norma** ou a norma própria da língua. Aquilo que as gramáticas e os dicionários não contemplam **não é, não existe**. Esse tipo de discurso da norma, que pode ser denominada *norma natural*, produz também uma imagem de língua, a da **língua única, homogênea, sem variação**.

O segundo tipo de modalização constrói outro tipo de discurso da norma, isto é, **o discurso da boa ou da má norma**. De caráter prescritivo, esse tipo de discurso, no entanto, ao dizer que um uso **deve ser**, está pressupondo a existência de outros usos, ainda que “desqualificados”, “desprestigiados”, “feios” ou “errados”. A modalização pelo **dever** estabelece, assim, que certos usos devem ser, são obrigatórios, prescritos, em relação a outros que devem não ser. A imagem da língua, no discurso da norma prescritiva, é a de **língua heterogênea, mas com usos hierarquizados**.

Para o discurso da boa e da má norma concorrem, além da modalização pelo **dever**, as modalizações pelo **poder** e pelo **querer**.

A modalização pelo **querer** ocorre quando o enunciador pretende levar o enunciatário a **querer bem falar e escrever a língua**, ou seja, a ser um bom usuário, a ser um sujeito culto. Para tanto, os procedimentos utilizados são, em geral, o de qualificar o uso, de adjetivá-lo como

bom, correto, bem construído e o de referendar o uso por usuários de prestígio e de autoridade.

A modalização pelo **poder** cria o regime da facultatividade, da exceção, no quadro da normatividade, ao determinar o que é possível, admitido ou permitido. Dentro da concepção de língua heterogênea, variável, que caracteriza esse tipo de norma, a modalização pelo poder determina as variantes – diacrônicas, regionais, de registros, de modalidades – que podem ser ou não ser, nas fronteiras de aceitação da norma, estabelecendo graus de normatividade ou de inclusão ou não dos fatos lingüísticos na norma explícita ou culta, conforme o quadro que segue:

### Norma culta

### Fora da norma

1°	2°	3°	4°	5°	6°
usos naturais, que são, na escrita e na fala	usos prescritos, que devem ser, na escrita e na fala	usos aceitos, que podem ser, na escrita e na fala	usos aceitos, que podem ser, na fala, e recusados, que não podem ser, na escrita	usos proibidos, que devem não ser, na escrita e na fala	usos que não existem, que não são, na escrita e na fala
<b>norma prescritiva</b>					
<b>norma natural</b>					

Além dos dois tipos de norma apresentados, deve-se mencionar um terceiro, que poderia ser considerado como **ausência de norma**: todos os usos, todas as variantes são modalizadas pela existência, **todas são, todas existem**. Para se pensar em norma, nesse caso, só é possível a noção de norma pela frequência de uso: os usos normais são os mais frequentes em certas regiões, camadas sociais, modalidades de língua etc. A norma perde assim seu caráter “natural” ou “prescritivo”, para ser pensada como “usual”. As gramáticas e os dicionários “de usos” não têm, por sua vez, o caráter regulador da língua e se tornam descritivos e explicativos. Observe-se que também as gramáticas da norma única, natural, podem se apresentar como gramáticas descritivas desse único uso.

Três concepções de norma e de língua se apresentam, portanto:

<b>norma única, “natural”</b>	<b>norma prescritiva</b>	<b>norma usual, de frequência de uso</b>
modalização pela existência, pelo ser, de um único uso	modalização pelo querer, dever e poder-ser e fazer	modalização da variação pela existência
língua homogênea, sem variação	língua heterogênea, com variação hierarquizada: variantes obrigatórias, possíveis, proibidas	língua heterogênea, variação não hierarquizada, a não ser pela frequência de uso

Quanto às diferentes projeções enunciativas de pessoa e de tempo, nos discursos, fazem elas parte também dos recursos de persuasão do enunciador.

Para o exame das categorias de pessoa e de tempo, remete-se a Fiorin (*As astúcias da enunciação*, 1996). Serão feitas aqui apenas algumas rápidas observações sobre a questão. Como se trata de um discurso “científico”, de tipo temático, conforme já mencionado, em princípio as projeções de pessoa características dessa classe de discurso são:

a) **a terceira pessoa**, que produz efeitos de objetividade, próprios da ciência;

b) **a primeira pessoa do plural**, que corresponde, na verdade, a três procedimentos diferentes – a primeira pessoa do plural usada em lugar da primeira do singular, no chamado plural de autor, produzindo o efeito de sentido de autoridade, de conhecimento, de cientificidade; a primeira pessoa do plural empregada em vez da terceira do plural (indefinida), com o efeito de sentido de voz do senso comum ou dos gramáticos em geral, a que o enunciador se opõe; como primeira pessoa do plural mesmo, seja o nós **inclusivo** (eu + você(s), leitores desta gramática), seja o **exclusivo** (eu + ele(s)) – *nós, gramáticos, nós, lingüistas* – seja o **misto** (eu + você(s) + ele(s)) – *nós, usuários ou falantes da língua, nós, portugueses, nós, brasileiros*;

c) **a primeira pessoa do singular**, para produzir o efeito de **responsabilidade** e sobretudo de **originalidade**, de **novidade**, quando o sujeito quer contrapor-se a outro estudioso, distinguir-se do senso comum na área, marcar posição própria e nova.

Para o tempo, por sua vez, o discurso temático científico utiliza, em geral:

a) **o presente omnitemporal ou gnômico**, para “enunciar verdades eternas ou que se pretendem como tais” (Fiorin, 1996, p.151);

b) **o presente pontual**, que se apresenta como o tempo da elaboração do discurso da ciência, no caso, o presente da enunciação da gramática;

c) **o pretérito perfeito**, para marcar os momentos anteriores ao presente pontual da gramática;

d) **o futuro do presente**, para assinalar momentos posteriores ao presente pontual da gramática; para expressar ordem, em lugar do imperativo, no discurso da norma prescritiva; em lugar do presente, para produzir os efeitos de sentido de suposição ou dúvida, de probabilidade ou de atenuação.

Finalmente, para concluir esta rápida apresentação teórica, algumas palavras sobre as determinações sócio-históricas dos discursos da norma e das gramáticas e dicionários.

Para as questões de inserção das gramáticas e dos dicionários nos seus contextos sócio-históricos, duas soluções são possíveis no quadro da teoria semiótica: examinar "internamente" essas relações, no nível, sobretudo, da semântica do discurso, ou seja, examinar os temas e as figuras nas gramáticas e nos dicionários, por meio sobretudo dos **exemplos**, lugar privilegiado de exposição dos temas e das figuras; examinar as relações intertextuais que as gramáticas e os dicionários estabelecem com outros textos, principalmente as relações "mostradas" nessas gramáticas e nesses dicionários.

## **Análise do discurso da norma na *Gramática* de João de Barros**

Um primeiro exame das gramáticas mostrou que são os elementos "metalingüísticos" do discurso da gramática que mais explicitam os procedimentos de construção da norma, mencionados na parte teórica. Assim, foram considerados, na análise, as introduções, os proêmios, as dedicatórias, os comentários, as observações, as notas de rodapé, os capítulos iniciais e finais.

### ***Grammatica da língua portuguesa, de João de Barros (GL) (1540)***

Foram examinadas duas edições: a terceira, de 1957, organizada por José Pedro Machado (67p.), e a de 1971, de Maria Leonor Carvalhão Buescu, que contém também a *Cartinha (Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos a Santa Madre Igreja)*, o *Diálogo em louvor da nossa língua* e o *Diálogo da viciosa vergonha*. As citações são da terceira edição, de 1957.

### **Modalização do discurso**

No "proêmio" de sua gramática, João de Barros refere-se à *Cartinha*, editada em 1539, como um texto de "fundamentos e primeiros elementos da Gramática", cujo objetivo era "levar os mininos a facilmente aprenderem a ler". Remete também à *Cartinha* para a dedicatória "ao Príncipe nosso senhor".

A *Gramática*, por sua vez, fornece, segundo o autor, “os preceitos da nossa gramática”, mas tem também caráter pedagógico. O termo gramática é definido como “um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos” (p.1). Diz ainda o autor que vai examinar a língua “não segundo convém à ordem da gramática especulativa, mas como requer a perceptiva, usando dos termos da Gramática Latina, cujos filhos nós somos, por não degenerar dela” (p.2).

Das citações apresentadas, três elementos devem ser ressaltados:

- a) o caráter pedagógico e prescritivo da gramática;
- b) a questão do “uso e da autoridade dos doutos”;
- c) a obediência aos esquemas da gramática latina.

O caráter pedagógico, além de ser explicitado no “proêmio” e no início da *Gramática*, quando o autor define o termo gramática, é mencionado também no decorrer da obra, sobretudo com referências aos “aprendizes” – *principiantes, mininos* – e à própria gramática – *introdução* ou *princípios*:

porque nossa tenção é fazer algum proveito aos mininos que por esta arte aprenderem, levando-os de leve a grave e de pouco a mais ... Aqui por causa deles trabalharei por ser o mais breve e claro que puder ... Assi que leixadas muitas particularidades da gramática latina e outras muitas da nossa, tratarei sòmente do necessário aos principiantes. (p.54)

porque nos havemos de conformar com as silabas que temos, como se pode ver na introdução, per onde os mininos podem aprender a ler. (p.57)

João de Barros faz algumas referências à variação de uso (*uso dos doutos*) e à boa e à má normas, no quadro, portanto, das normas prescritivas (o segundo tipo de norma que propusemos) e de uma concepção de língua heterogênea, com desigualdade de variantes. São poucas e pontuais, porém, as menções a esse tipo de norma.

Os discursos da boa e da má normas constroem-se sobretudo **esteticamente** – são elegantes e sonoros (têm o “consintimento da orelha”, p.43), no primeiro caso, e rústicos, feios e ruidosos (“a orelha recebe mal”, p.50), no segundo – e **eticamente** – são bons, corretos, verdadeiros e puros, no primeiro caso, e pecaminosos, viciosos, errados, no segundo (há poucos casos de má norma):

E por causa de elegância e não repetirmos tantas vezes a conjunção... (p.46)

E quem algum nome destes levar ao plural que a orelha possa sofrer, não incorrerá em pecado mortal. (p.13)

e comete-se quando, do fim de ua palavra e de principio de outra, se faz aiguma fealdade ou significa algua torpeza. (p.50)

E *apraz, jaço*, carecem de participio em bõa linguagem, porque os rústicos o formam muitas vezes. (p.37)

Isto não guardam eles pois vemos que na formação do plural dizem *cães, pães*, porque aqui vêm eles muito ao olho seu erro, porque não podem dizer *pãos, cãos*. (p.18)

Sabemos que na construção das normas prescritivas interferem as modalizações do **querer**, do **dever** e do **poder**.

A modalização do **querer** ocorre nas qualificações mencionadas, nas ordens sensoriais e afetivas – a elegância ou a rusticidade, a sonoridade, as conformidades ou desconformidades –, que, graças a aproximações ou afastamentos estéticos e passionais, fazem os usos desejáveis ou temíveis.

A modalização prescritiva por excelência (**dever**) aparece nos casos em que há determinação ética, em que os usos são marcados como prescritos ou necessários e como proibidos e ocorre principalmente na parte da ortografia da gramática de João de Barros:

logo a devemos escrever ao nosso modo. (p.57)

nós o devemos escrever com estas lêteras. (p.57)

A primeira e principal regra da nossa ortografia... (p.57)

E esta regra devemos ter em tôdaldas partes onde... (p.63)

nenhua dição ou silaba podemos escrever acabada em muda. (p.57)

nenhua dicção podemos escrever com lêtera dobrada. (p.57)

porque nos havemos de conformar com as silabas que temos, como se pode ver na introdução, per onde os mininos podem aprender a ler. (p.57)

A modalização pelo **poder**, que determina usos possíveis, impossíveis, inevitáveis etc., também é pouco empregada na *Gramática* de João de Barros. As variantes diacrônicas, regionais, de registro (coloquial, corrente, familiar, vulgar) e de modalidades falada ou escrita não são tratadas na gramática, a não ser por uma ou outra observação de passagem.

**A questão da diacronia** é mencionada principalmente na relação entre português e latim. Todas as questões da língua portuguesa tratadas na *Gramática* são comparadas aos fatos da língua latina, já que, para o autor, como a língua portuguesa é filha da latina, as duas línguas são, gramaticalmente, muito próximas, muito semelhantes:

E porque (como já disse) por sermos filhos da Língua Latina, temos tanta conformidade com ela que... (p.14)

São os modos acerca de nós cinco, como têm os Latinos. (p.29)

Porque tem esta natureza, ante de si não consente *n*, como *p* e *b*, que é regra dos Latinos. (p.63)

Nós e os Latinos, dados que pera numerar tomemos algumas lêteras do A.b.c., não guardamos... (p.56)

Esta segunda lêtera *B*, acerca de nós e dos Latinos, não tem... (p.61)

Repete-se, também, com freqüência, “como os Latinos têm ou usam”: “como alguns que os Latinos têm” (p.37); “o que também os Latinos usaram” (p.60).

O fato de a língua portuguesa aproximar-se da latina é considerado positivo e mesmo sinal de superioridade do português em relação a outras línguas românicas:

Esta lêtera *N* acerca de nós serve no princípio e fim da sílaba e nunca em fim de dição, porque não temos parte que se acabe nele, como, pelo contrario, os Castelhanos em *m*, no que fomos mais confôrmes aos Latinos. (p.64)

João de Barros reconhece, porém, diferenças em certos aspectos essenciais entre o português e o latim: **na existência do artigo; em algumas questões ortográficas; na estrutura e no tempo da sílaba; no comparativo e aumentativo; na composição; nos gêneros verbais, na passiva, principalmente; nas declinações; no léxico; nos tempos e conjugações verbais.**

João de Barros tem, portanto, consciência de certas diferenças fundamentais entre o latim e o português, aceita o fato de as línguas mudarem, mas as mudanças acabam sendo apontadas como “faltas”, e as soluções que propõe para as “faltas” são, em geral, copiadas também dos latinos e gregos: “suprimos pelo infinitivo, à imitação dos Gregos” (p.31); “suprimos este defeito por rodeio (como os Latinos fazem nos tempos que lhes falece a voz passiva)” (p.26); “E por este modo suprimos muitos nomes que desfalecem em nossa linguagem e a latina tem, o qual modo também os Latinos usaram” (p.10). Observe-se ainda que as “faltas” e “perdas” do português são assinaladas com termos ou locuções como: *não passar de, não ter mais que, suprir, defeito, desfalecer, carecer de.*

As questões até agora apontadas não são questões de variação diacrônica propriamente dita, mas antes de mudança lingüística. Levamos porém a acreditar que o autor aceita a variação diacrônica e que, em geral, considera melhor a mais antiga, mais próxima do modelo latino. Contribuem também para essas conclusões sobre a aceitação dos

usos marcados pela diacronia e da diferença de valoração entre variantes mais antigas e mais recentes, seus comentários sobre a *novidade* na gramática e na língua (“Nós, por fugir novidades, conformemo-nos com o uso” (p.61); “Mas já disse quão receoso sou de novidades” (p.64)).

A *Gramática* não examina a **variação regional**. As observações sobre variação no espaço são as das diferenças entre as línguas e não no interior de uma mesma língua. Em relação às demais línguas românicas, o português é, em geral, apontado como próximo delas ou como melhor. As demais línguas são *de negros* ou de povos bárbaros, muito inferiores ao *bom português*, como nas citações que seguem:

sem poer consoantes ociosas, como vemos na escritura italiana e francesa. (p.57)

assim nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil, barbarizam quando querem imitar a nossa [linguagem]. (p.47)

E não diremos *homem boa*, ca desfalece a ordem natural da construção per que nos havemos de entender e parecerá mais fala de negros, que de bom português. (p.43)

E como os que falam vasconço que trocam umas lêteras por outras. (p.57)

Do ponto de vista da **variação de registros**, três “falares” devem ser mencionados, embora não tenham sido examinados na gramática: há o falar dos “doutos”, o único prescrito e possível como “certo e justo”; há o falar, em geral pressuposto, dos “rústicos”, proibido e impossível; há no falar dos “doutos” um falar “comum” e um “incomum” (com figuras, por exemplo), ambos possíveis. O registro incomum inclui também os usos poéticos (p.47).

Na *Gramática* de João de Barros encontram-se pouquíssimas referências às **modalidades escrita e falada** da língua, em geral para lhes dar tratamento idêntico, como na definição de gramática: “é um modo certo e justo de falar e escrever” (p.1), “mas ainda algumas figuras e vícios que assi na fala como na escritura cometemos” (p.47). Em princípio, as regras apresentadas valem, portanto, para a fala e a escrita.

Examinados os raríssimos casos de modalizações pelo **querer, dever e poder** na *Gramática* de João de Barros, pode-se concluir que:

- esse tipo de modalização, e, portanto, a norma prescritiva, é pouco usado na gramática e, quando o é, constrói o discurso da boa norma e não o da má;
- quando há norma prescritiva, a variação é apenas entre os usos prescritos (dos “doutos”) e os proibidos (dos “rústicos”), só admi-

tindo usos possíveis no caso dos “comuns” e “incomuns” (figurados e poéticos);

- não se faz diferença, na gramática, entre as modalidades da fala e da escrita.

Se a modalização na *Gramática* de João de Barros não é a da norma prescritiva, tal como apontado, tampouco pode-se reconhecer nela uma norma de frequência do uso. João de Barros fala de **uso** lingüístico cerca de uma dúzia de vezes, em duas direções diferentes: para diferenciar, no âmbito de uma concepção prescritiva da norma, usos mais cultos e prescritos dos demais, que estariam fora da norma; no sentido de um fato lingüístico que existe na língua ou que é mais tradicional (sobretudo em relação à ortografia) ou freqüente (principalmente em relação às figuras e vícios), aproximando-se assim da concepção de norma usual, tal como foi definida. As citações que seguem exemplificam esses casos:

E outros muitos [diminutivos] que se formam e acabam em diferentes terminações, mais por vontade do povo que por regra de boa gramática. (p.9)

Nós, por fugir novidades, conformemo-nos com o uso. (p.61)

A qual figura [antitesis] é acerca de nós mui usada. (p.49)

Se, em alguns casos, a noção de uso é a de uma gramática de usos, são eles porém pouco numerosos e aplicados a questões muito particulares da gramática (ortografia e figuras). Pelo que já foi apontado não se pode pensar que a *Gramática* de João de Barros seja uma gramática que reconheça o caráter heterogêneo dos usos e que os hierarquize pela frequência de seu emprego (ou, mesmo, como foi visto, por razões estéticas e éticas).

Ao contrário, o exame das modalizações no discurso da *Gramática* de João de Barros leva-nos a concluir que a modalização é, por excelência, **a modalização de existência** de um único uso. Resultam daí, por conseguinte, as concepções de norma única ou natural e de língua homogênea, sem variação.

Em decorrência desse discurso da norma “natural” e da concepção de língua homogênea, são utilizados no texto apenas exemplos criados pelo autor, pois a norma “natural” não precisa ser referendada por usuários de autoridade e prestígio, devendo ser apenas exemplificada.

O quadro que segue mostra a inclusão e a exclusão dos usos na norma considerada culta, na *Gramática* de João de Barros, a partir do exame das modalizações realizado:

1°	2°	3°	4°	5°
usos naturais, que são, na escrita e na fala	usos prescritos (raros), que devem ser na escrita e na fala	usos aceitos, que podem ser (muito raros) na escrita e na fala: linguagem incomum (figurada, poética)	usos proibidos, que devem não ser (muito raros), na escrita e na fala: falar dos rústicos	usos que não existem, não são, na escrita e na fala
		norma prescritiva		
norma natural				

### Projeções enunciativas de pessoa e de tempo

A categoria de pessoa, na *Gramática* de João de Barros, organiza-se, em princípio, com os recursos utilizados no discurso científico temático e com algumas especificidades:

- a) a **terceira pessoa** (do singular ou do plural) é empregada:
- **para produzir o efeito de objetividade do discurso científico**, sendo o uso mais freqüente na gramática;
  - com o pronome **eles**, **para contrapor-se ao nós**, quando se quer marcar uma discordância, sem nomear de quem ou de que se discorda, em geral, da voz do senso comum (“E então **os que** pouco sentem querem remediar o seu desfalecimento escrevendo agalegradamente, poendo sempre o final em tôdaldas dições que acabam em *am*. E se a regra **deles** fosse verdadeira ... Isto não guardam **eles** pois vemos que ...” (p.18));
  - **em lugar da primeira pessoa do plural**, com “os gramáticos” em lugar de “nós, os gramáticos” (nós exclusivo eu + eles), para produzir o efeito de sentido de identificação com os gramáticos, de “pertencimento” ao seu grupo (há, nesse caso, com freqüência, alternância entre 3ª e 1ª pessoas, como em “a que os gramáticos chamam”, “a que chamamos”);
- b) a **primeira pessoa do plural** é usada:
- **em lugar da primeira pessoa do singular**, no chamado plural de autor, em que este fala em nome da ciência, uso que produz efeitos de autoridade e de cientificidade e que tem papel fundamental na *Gramática* de João de Barros, pois faz parte, com os recursos já mencionados de objetividade e de identificação com os gramáticos, das estratégias discursivas empregadas para marcar a inserção do autor e de sua obra no discurso gramatical dominante;

- como primeira pessoa do plural mesmo, **como nós exclusivo** (eu + eles, isto é, eu e os demais gramáticos ou nós, os gramáticos);
  - como primeira pessoa do plural mesmo, **como nós inclusivo** (eu + vocês, em que vocês são os destinatários da gramática);
  - e **como nós misto** (eu + vocês + eles), ou seja, **como nós, usuários da língua portuguesa, nós, portugueses**;
- c) **a primeira pessoa do singular** é utilizada:
- **como primeira pessoa do singular** mesmo, para produzir efeito de subjetividade e de verdade do que é visto, vivido ou para marcar uma tomada de posição contrária às expectativas gerais ou mesmo delas discordante, e é pouco freqüente (“Desta regra acima, em que **disse** os nomes terem dous números ... (p.12), “como ua oração a qual **eu vi** tirada em linguagem per um letrado” (p.51));
  - **em lugar da primeira do plural**, sobretudo do **nós misto**, havendo no caso uma certa vacilação de uso (para introduzir um exemplo encontram-se ora “como quando digo”, ora “como quando dizemos”);

d) **a segunda pessoa** aparece uma única vez, em lugar da primeira do plural (do nós misto), nos mesmos casos de introdução de exemplos em que, em geral, aparece também a primeira do singular (“E quando **disseres**: *Eu te mando tanto dinheiro, quanto me tu mandaste*” (p.7)).

Em síntese, as projeções de pessoa apontam três principais efeitos de sentido: **o de objetividade da ciência**, de participação no discurso científico dominante e de fusão do “eu” nesse nós discursivo; **o de subjetividade**, tímido e nem sempre bem explorado, ou seja, na verdade, o efeito é o de ausência de subjetividade; **o de inclusão do destinatário** no projeto de uma gramática com fins pedagógicos. Esses resultados serão retomados por ocasião do exame das relações contextuais. Observe-se por ora apenas que o discurso “objetivo” é o mais apropriado para a construção da norma natural, e que os usos da categoria de pessoa apontam um intenso diálogo de concordância com o discurso científico e gramatical dominante na época.

As observações sobre a temporalidade na *Gramática* de João de Barros indicam o uso geral do **presente do indicativo**, sobretudo do presente omnitemporal ou gnômico (Fiorin, 1996, p.150-1), apropriado também ao discurso da norma natural, que **é**, que se apresenta como uma “verdade eterna”, e ao da ciência: “Gramática é vocábulo grego”

(p.1), “Sílabas são as partes da nossa Gramática” (p.3), “As coisas que têm medida e peso não têm plural” (p.13).

Bastante freqüente é ainda o **tempo futuro** (futuro do presente) empregado em duas situações:

- para organizar temporalmente a gramática e localizar o que será ou não feito nos capítulos seguintes (“E onde hão-de servir e quantos acidentes têm particularmente trataremos ao diante, no título de *Ortografia* (p.3));
- em lugar do presente, com que alterna, como futuro de atenuação (*Aumentativos são* aqueles que .... *Diminutivos serão* aqueles que .... *Demonstrativos são* aqueles que ... (p.28)).

O **passado** (pretérito perfeito) é usado tanto como tempo anterior ao presente da gramática (quando se refere aos gramáticos anteriores) quanto como tempo anterior ao momento em que se está no discurso da gramática (presente pontual).

### **Contexto sócio-histórico**

Na *Gramática* de João de Barros, foram examinados tanto os temas e figuras, que aparecem sobretudo nos exemplos e na figuração esparsa no texto, quanto algumas relações intertextuais mostradas – com os discursos gramaticais da época e com outros discursos sobre a língua, em geral discursos do senso comum.

Os exemplos na *Gramática* de João de Barros merecem uma observação acurada. Constituem quase um tratado de ensinamentos morais, religiosos e políticos. Desenvolvem-se alguns temas principais:

a) **ensinamento moral e de bons costumes**, conforme os discursos éticos dominantes, conforme os discursos do senso comum – amor à verdade, desapego às coisas materiais, amor à virtude; apego à justiça, cuidado com o que é seu, fazer bem aos pobres, crítica de costumes (dos “maus costumes”):

Os homens que amam a verdade folgam de a tratar em seus negócios. (p.7)

O homem verdadeiro tem pouco do seu. (p.12)

Os homens burlões têm pouca vergonha. (p.12)

No paço se pragueja fortemente. (p.27)

os homens que vão a Paris e estão no estudo pouco tempo, e folgam de levar boa vida, não ficam com muita doutrina. (p.27)

A mi, a ti, a ele, a nós, a vós e a tôdolos homens releva, compre, convém falar verdade. (p.27)

os homens bons amam a virtude. (p.14)

amo a virtude, avorreço o vício. (p.44)

amo a verdade dos homens. (p.45)

ó vergonha de moço. (p.45)

limpo de malícia, zeloso de justiça. (p.45)

manso aos humildes, cruel aos soberbos, brando aos seus, doce aos amigos, franco aos estrangeiros, semelhante a seu pai. (p.45)

ó homem perdido. (p.47)

Dos homens é obrar virtude, das aves avoar. (p.15)

este livro sempre andará limpo se o guardarem bem. (p.60)

Eu dou graças a Deus, faço bem aos pobres, empresto dinheiro a meus amigos e não dou logro aos onzeneiros. (p.44)

b) **ensinamento religioso e profissão de fé**, que se misturam com os ensinamentos morais, já que é a moral da religião católica a que perpassa o discurso (assume-se, várias vezes, a posição contrária à de Lutero, por exemplo):

o céu é habitação dos anjos e a terra morada dos homens. (p.12)

o pecar triste. (p.12)

oh! piedoso Deus! lembra-te de mim!. (p.14)

maravilho-me da grandeza de Deus, lembro-me dos seus benefícios, esquece-se dos meus pecados, porque eu uso das virtudes e careço dos vícios. (p.44)

Estou na igreja. (p.44)

a lei de Deus. (p.45)

contra Lutero, entre os bons, per bom caminho. (p.46)

com Deus, no céu, sem pecado. (p.46)

ó Deus, ó vós, ó homem perdido, ó malaventurado de pecador. (p.47)

Tu e Antônio e os bons homens com as mulheres devotas folgais de ouvir as vidas dos santos. (p.50)

A ti, Senhor, que este mundo de nenhuma cousa criaste e o conservas governando em seu ser, com providência eternal peço que Te lembres de mi. (p.52)

per o cordeiro pascoal dos Judeus, entendemos Cristo, nosso redentor, imolado por nossa redenção. (p.53)

o temor de Deus faz boa consciência. (p.59)

*Ler as obras de Lutero: nunca obedecer ao papa, é o mais seguro pera a salvação. Como julgaremos estas palavras não serem heréticas? com os pontos, porque a parte nunca tem força neste entendimento e onde se acosta, ali cai. Aqui*

destrui a precedente e não a sequente, ca dizemos: *Ler as obras de Lutero nunca: obedecer ao papa, é o mais seguro pera a salvação.* (p.67)

**c) valorização da ciência, do livro, do ensino e do papel do gramático** (e do destinatário da gramática):

eu li o livro que me tu mandaste, o qual entendi muito bem. (p.7)

eu tiro muita doutrina dos livros. (p.15)

a matéria bem feita apraz ao mestre. (p.59)

essa tua palmatória se a eu tomar, far-te-ei lembrar esta regra. (p.59)

leio os livros, aprendo ciência, oiço gramática e ganho honra. (p.44)

eu vou à escola. (p.40)

vou à escola. (p.44)

eu amo a ciência. (p.44)

António lê. (p.59) [António é o nome do filho, que aparece em boa parte dos exemplos]

a ti releva aprender ciência e a mi convém dar doutrina. (p.27)

eu aprovo tua doutrina. (p.40)

eu amo os moços, os quais folgam de aprender. (p.43)

António, tu irás ler a lição. (p.43)

**d) elogio das coisas portuguesas** (língua, povo, cidades, costumes etc.) e, em contrapartida, crítica aos demais povos (como foi visto no exemplo sobre os homens “que vão a Paris”, entre outros), estando aí incluídos elogios aos governantes portugueses da época:

El-rei D. João o primeiro venceu a batalha real e passou em África e tomou Ceuta aos Mouros e tornou-se a este reino vitorioso, onde faleceu já de muita idade. (p.49)

O Tejo, rio principal da Europa, entra no mar em Lisboa, cidade das mais nobres do mundo. (p.50)

El-Rei D. João, Nosso Senhor, o terceiro deste nome, que ora reina nestes reinos de Portugal, por mãos de muitos e bons oficiais de pedraria, que mandou buscar per todo o seu reino, mandou fazer mui fortes arcos de pedraria com que veio água da Fonte da Prata à cidade de Évora. (p.50)

**e) temas históricos, literários ou filosóficos**, para mostrar erudição, conhecimento em outras áreas, além da gramatical, embora sejam em geral lugares-comuns:

Heitor foi melhor cavaleiro que Aquiles. (p.10)

bem prudente e sagazmente se houberam os Romanos contra os Cartagineses. (p.45)

Alexandre, César, Aníbal, Pompeu e Pirro foram grandes capitães. (p.46)

dos filósofos, Sócrates ou Platão ou Aristóteles... (p.46)

**f) a história de sua gramática e o papel de seu filho nessa história**, ou seja, temas pessoais que envolvem, entre outras, a questão da dedicatória ao príncipe e da autoria da gramática:

como se perguntassem: – *De quem é esta arte de Gramática?*. Pode-se responder: – *Do Príncipe, nosso senhor.* (p.14)

João de Barros foi o primeiro autor que pôs a nossa linguagem em arte e a memória de Antônio, seu filho, que a levou ao príncipe nosso senhor, não será esquecida. [exemplo para uso de artigo] (p.17)

Eu escrevo esta Gramática pera ti ... Eu, João de Barros, escrevo Gramática pera ti, Antônio. (p.19)

esta arte é espremida em Lisboa. (p.59)

Deve-se observar ainda que boa parte dos exemplos está em primeira pessoa do singular. Transfere-se, de alguma forma, para os exemplos a assunção da subjetividade, muito embora, como vimos, os temas tratados sejam os do senso comum.

Em conclusão, pode-se dizer que, além do discurso gramatical dominante, já mencionado, entrecruzam-se no discurso da gramática outros discursos também dominantes: o discurso político da monarquia, o discurso ético-religioso da época, o discurso ufanista português. João de Barros, ao que tudo indica, é “um homem do seu tempo”. Chama a atenção o fato de que esses temas não sejam explicitados no discurso científico da gramática, como em Fernão de Oliveira, por exemplo, mas apareçam principalmente nos exemplos e nas projeções enunciativas.

Antes de concluir, é preciso examinar mais efetivamente as relações que se estabelecem entre o discurso da *Gramática* de João de Barros e o discurso gramatical dominante e que já foram, em parte, apontadas na análise das projeções enunciativas de pessoa e de tempo.

Como vimos anteriormente, ao definir gramática, tipos e partes, no início de seu trabalho, João de Barros diz e mostra ser obediente aos esquemas gramaticais latinos. O autor insiste na aproximação das duas gramáticas, do mesmo modo que na semelhança dos fatos de linguagem das línguas latina e portuguesa. Assim como todas as questões de

língua portuguesa tratadas na *Gramática* são comparadas aos fatos do latim, as escolhas e nomenclaturas gramaticais o são aos modos como as examinam os gramáticos latinos.

O emprego de um mesmo sistema gramatical para o latim e o português justifica-se, em João de Barros, de quatro modos: a língua portuguesa é filha da latina; as duas línguas – latim e português – são semelhantes, tendo elas, em geral, os mesmos fatos lingüísticos; a gramática latina fornece a metalinguagem científica necessária ao estudo do português; há nomes já tradicionais, conhecidos, seja pelo uso, seja por serem “próprios”, “naturais”, nos fatos de linguagem. Discordâncias dos gramáticos latinos praticamente não existem. As citações que seguem mostram algumas das aproximações mencionadas:

a imitação dos quais [latinos] (por termos as suas partes) dividimos a nossa Gramática. (p.2)

usando os termos da Gramática Latina, cujos filhos nós somos, por não degenerar dela. E também porque as ciências requerem seus próprios termos, por onde se hão-de aprender com as obras mecânicas, instrumentos com que se fazem, sem os quais nenhuma destas cousas se pode entender nem acabar. (p.2)-

E porque (como já disse) por sermos filhos da Língua Latina, temos tanta conformidade com ela que convém usarmos dos seus termos, principalmente em cousas que têm seus próprios nomes, dos quais não devemos fugir. (p.14)

são os modos acerca de nós cinco, como têm os Latinos. Portanto, seguiremos a sua ordem e termos. (p.29)

conformando-me com a ordem dos latinos. [para a significação dos advérbios] (p.39)

Os Latinos (a quem nós seguimos)... (p.41)

Nós tomaremos da nossa construção o mais necessário, imitando sempre a ordem dos Latinos, como temos de costume (p.42)

porque, como os Latinos não podem dizer *che*, *chi*, senão mediante esta lètera *h*, assi nós não podemos dizer *que*, *qui*, senão mediante *u*. (p.62)

Ao presente vejamos as espécias do nosso barbarismo, os vocábulos dos quais ainda que sejam gregos, tomaremos como tomaram os Latinos e levando a sua ordem. (p.47)

Poderíamos continuar a arrolar citações em relação aos aspectos mencionados e em que sobressaem os empregos de “imitar”, “seguir”, “filhos”, “conformar-se com”, entre outros. Mencionaremos apenas a grande repetição de “chamam os latinos” ou “a que os latinos chamam” (“E a este nome ajetivo chamam os Latinos (como já disse) *positivo* em respeito do comparativo (p. 10) (p. 14, 15, 21, 26, 27, 29, 44, entre outras)).

Um dos efeitos de sentido mais significativos da *Gramática* de João de Barros é, portanto, o de pertencer ao discurso gramatical dominante da época, o da gramática latina, mas também o das primeiras gramáticas das línguas vulgares (das italianas, sobretudo). Há um efeito de “pertencimento”, de incorporação, que se faz sentir em relação também aos demais gramáticos. Os gramáticos não são, em geral, mencionados por nome próprio, e sim nomeados genericamente como “os gramáticos” ou “os latinos”, quando se quer marcar que são gramáticos latinos. O caráter não-marcado do nome contribui também para esse efeito genérico de existência de um discurso gramatical único ou dominante e de “pertencimento” a esse discurso.

É nesse quadro do discurso dominante da “ciência” gramatical da época, dos discursos políticos da Monarquia e da religião e do discurso ufanista português que se coloca e se explica o **discurso da norma natural**, na *Gramática* de João de Barros.

Para concluir, deve-se repetir que as gramáticas do século XVI, de Fernão de Oliveira e de João de Barros, constroem o discurso da norma única e natural e da língua homogênea, que dialoga em conformidade com o discurso nacionalista e ufanista português. Há, porém, diferenças entre elas: em Fernão de Oliveira, o discurso gramatical contrapõe-se ao discurso gramatical dominante, ao passo que em João de Barros, ambos caminham na mesma direção. As conseqüências para o discurso da norma dessa resistência ao discurso gramatical vigente são, em Fernão de Oliveira, o cruzamento dos três tipos de discurso da norma, embora predomine o da norma única e natural. A conformidade do discurso gramatical de João de Barros com o discurso gramatical dominante resulta, por sua vez, no discurso quase exclusivamente da norma única e natural, que foi visto.

Em relação aos outros discursos sociais, o discurso da *Gramática* de João de Barros dialoga também, e de novo em conformidade, com os discursos prescritivos políticos, religiosos e morais, de sua época, e o de Fernão de Oliveira concorda apenas com o discurso nacionalista-racista que fundamenta os impérios coloniais.

Os recursos usados para a construção dos discursos da norma nas duas gramáticas apresentam também diferenças e semelhanças. Em comum, há os fatos que seguem: ausência de citações de autores e emprego de exemplos criados pelo autor, estratégia própria do discurso da norma única e natural; projeções de pessoa que produzem efeitos de sentido de objetividade e de cientificidade (terceira pessoa, primeira do plural pela primeira do singular); utilização quase exclusiva do presente

omnitemporal, adequado também ao discurso da norma única e natural; quase ausência de discursos da boa e da má normas e de modalizações pelo querer, pelo dever e pelo poder. As diferenças dizem respeito sobretudo às questões da contraposição de Fernão de Oliveira aos discursos gramaticais dominantes e à incorporação desses discursos e dos demais discursos políticos, morais e religiosos por João de Barros. Para contrapor-se aos discursos dominantes, Fernão de Oliveira serve-se sobretudo das projeções de pessoa e de tempo (uso freqüente da primeira pessoa do singular e dos futuros do presente e do pretérito de atenuação), da mesma forma que João de Barros utiliza as projeções, para com eles concordar (uso da terceira pessoa em lugar da primeira do plural, do nós exclusivo – nós, os gramáticos –, para marcar sua participação no discurso científico dominante). Além disso, Fernão de Oliveira constrói a relação entre língua e nação, principalmente no corpo de sua gramática “ensaística” e “indisciplinada” e de modo explícito. João de Barros insere-se no discurso gramatical dominante também no corpo da gramática e de modo claro, mas, em relação aos demais discursos sociais, são os exemplos que estabelecem os laços entre as normas linguísticas, religiosas e morais. Finalmente, o discurso da *Gramática* de Fernão de Oliveira espalha-se nas três ordens – na da racionalidade, na dos afetos (pelo amor à pátria) e na dos sentidos (pela “corporalidade” dos sons e das letras), ao passo que o de João de Barros pauta-se, principalmente, pela racionalidade.

Enquanto Fernão de Oliveira vive as ambigüidades da época, em que parece, em certas questões, desajustado, João de Barros é, como disse, “um homem do seu tempo”, em conformidade com os discursos dominantes do período. Explicam-se assim os motivos que levaram a *Gramática* de João de Barros a “fazer escola”.

BARROS, D. L. P. de. The norm discourse in João de Barros' *Grammar*. *Alfa* (São Paulo), v.45, p.11-32, 2001.

- **ABSTRACT:** *The study on norm discourse in João de Barros' Grammar is a part of a research which is being developed on norm discourse in Portuguese Language grammars, from 16<sup>th</sup> Century to the present, inside the realm of a team project called "History of Linguistics Ideas in Brazil: ethics and politics of languages". These grammars are analysed as they were discourses, from both theoretical and methodological perspectives of French Discursive Semi-*

*otics* Particularly we examine three discursive procedures both the subject and the object modalizations, with three types of norm discourse, namely the natural norm, which is predominant in João de Barros, the prescriptive norm and the usual norm, the enunciative projections of person and time in the grammar which is being examined, the intertextual relations between norm discourse in the grammar and the grammar discourses at that time, with which João de Barros agrees, and also with the Portuguese colonialist discourse, the one of monarchy and the one of church at that time, which João de Barros helps to build with his grammar, mostly through examples

- **KEYWORDS** Discursive semiotics, linguistics ideas history, grammar speech, norm speech, intertextuality

## Referências bibliográficas

- ALÉONG, S. Normes linguistiques, normes sociales, une perspective anthropologique. In: BÉDARD, E., MAURAIS, J. (Ed.) *La norme linguistique*. Paris: Le Robert, s.d.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- BARROS, D. L. P. de. *Teoria do discurso*. Fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: definições e imagens. In: PRETI, D. (Org.) *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas, 1997.
- BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*. 3.ed. Organizada por José Pedro Machado. Lisboa: s.l., 1957. (1.ed. 1540).
- \_\_\_\_\_. *Gramática da língua portuguesa*. *Cartinha, gramática, dialogo em louvor da nossa linguagem e dialogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971. (1.ed. 1540).
- BUESCU, M. L. C. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978. (Biblioteca Breve, v.18).
- COLLINOT, A. de, MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: PUF, s.d.
- FÁVERO, L. L. *As concepções lingüísticas no século XVIII*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1989.
- \_\_\_\_\_. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.
- GREIMAS, A. J., COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, s.d.
- GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil. *Relatos*, 1994. Publicação do Projeto História das Idéias Lingüísticas, n.1.
- OLIVEIRA, F. de. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. 3.ed. por Rodrigo de Sá Nogueira, Lisboa: s.l., 1936. (1.ed. 1536).
- \_\_\_\_\_. *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1975. (1.ed. 1536).
- ORLANDI, E. O Estado, a gramática, a autoria. *Relatos*. Publicação do Projeto História das Idéias Lingüísticas, n.4, 1997.